

A expansão da dimensão dos mercados nacionais dos países do Mercosul tem não apenas desdobramentos econômicos, mas também político-sociais, afetando as populações de cada Estado-membro. Dessa forma, fez-se necessária a criação de instituições que representem o povo no âmbito regional e estabeleçam um contrapeso ao Poder Executivo, preponderante no bloco. Inicialmente, tal questão foi endereçada através da incorporação em 1994 da Comissão Parlamentar Conjunta à estrutura do Mercosul. Recentemente, modificou-se novamente o arcabouço institucional através da criação do Parlamento do Mercosul em 2005. O objetivo da pesquisa, nesse sentido, é verificar quais foram as mudanças ocorridas com a transformação da Comissão Parlamentar Conjunta em Parlamento, e analisar se houve de fato um aprofundamento da dimensão parlamentar da integração. Foram consultados, com esse intuito, documentos primários produzidos pelos órgãos do Mercosul, além de fontes secundárias, como livros e periódicos científicos. A partir desse estudo, constatou-se que as alterações ocorridas no que tange à competência, representatividade e *accountability* foram sutis e incrementais, mas sinalizam a possibilidade de haver uma maior institucionalidade do órgão perante o bloco. Ainda assim, para ter peso efetivo na integração, serão necessários a conscientização dos executivos nacionais acerca da relevância do Parlamento do Mercosul e, fundamentalmente, o exercício pleno pelos parlamentares das funções que lhes foram atribuídas. (BIC/FAPERGS)